

**MEMÓRIAS DA FRONTEIRA: A FRONTEIRA COMO ELEMENTO
CENTRAL NA CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES
EM DUAS ALDEIAS RAIANAS DO NORDESTE TRANSMONTANO
PORTUGUÊS – SERNANDE E PINHEIRO VELHO¹**

Filipa Piecho

email: filipapiecho@sapo.pt

Manuel Pereira

email: manel_torrioni@hotmail.com

Manuel Teles Grilo

email: mtggd@hotmail.com

Eduardo Araújo

email: ed_jpa@hotmail.com

Francisco Filipe Pires

email: filipepires20@hotmail.com

Discentes do Curso de Licenciatura de Antropologia da Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / FCSH-UNL

¹ O artigo aqui apresentado acerca da temática das relações fronteiriças dá conta de um momento preliminar de pesquisa. Este insere-se em trabalhos actualmente em curso, que se estenderão a aldeias da raia do concelho de Vinhais, vizinhas d'A Gudiña e d'A Mezquita (Concelhos Espanhóis). Tendo sido o nosso interesse pela temática (pouco trabalhada, diga-se) da Antropologia de Fronteira despertado aquando da realização da disciplina de Antropologia Portuguesa Contemporânea com a Professora Paula Godinho (Professora do Departamento de Antropologia da FCSH-UNL, e investigadora do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa- CEEP), decidimos posteriormente (encorajados pelos seus incentivos e pela experiência enriquecedora do trabalho de campo) dar continuidade ao grupo e à pesquisa. Ao longo destes dois últimos anos foram tentadas novas incursões ao terreno e foram encetadas novas pesquisas, sempre sob a orientação e apoio da Professora Paula Godinho. De referir ainda, que os dois trabalhos apresentados neste artigo foram já publicados (com algumas alterações) na revista *Lethes, Cadernos Culturais do Limia* (Ass. Cultural do Limia, Chinzo de Limia), no número 6 (Inverno 04/05) da publicação semestral.

Resumo

Ao longo dos dois últimos anos, através de estadias recorrentes em povoações raianas do concelho de Vinhais e utilizando um conjunto de metodologias da Antropologia e da História (como o são os levantamentos etnográficos generalizados, a recolha de histórias de vida e a consulta de materiais históricos locais e centrais), este grupo de trabalho tem vindo a tentar aprofundar o conhecimento das *dinâmicas de fronteira*. Este artigo apresenta dois trabalhos paralelos, realizados nas aldeias de Sernande e Pinheiro Velho, abordando respectivamente eventos subsequentes ao *Alzamiento* e relações de contrabando. Ambos trabalham os conceitos de *fronteira e identidade (e/ou cultura)* emergentes nas zonas de orla, analisando num tempo longo as mudanças sofridas.

Palavras-Chave

Antropologia de Fronteira; Contrabando; Guerra Civil Espanhola

Abstract

Throughout the last two years, with recurrent field-works in some borderland villages of the area of Vinhais, and using some of both Anthropology and History methodologies (like generic ethnographic research, life-histories collection, and consulting central and local historic materials), this work-group has been trying to enhance the knowledge about *border dynamics*. This article presents two parallel works, carried out in Sernande and Pinheiro Velho villages, talking respectively about the *Alzamiento* subsequent events and smuggling dynamics. Both researches focus the *Frontier and Borderland Identities (and/or culture)* concepts, analysing in a long time the suffered changes.

Key Words

Border's Anthropology; Smuggling; Spanish Civil War

SERNANDE²

I

Este grupo de trabalho propôs-se de início, com a realização do projecto de investigação, abordar a importância do conceito de fronteira na construção e representação identitária dos habitantes de Sernande³. O caso específico e particular de Sernande surgiu-nos por ser uma aldeia que se situa naquilo a que Donnan e Wilson⁴ se referem como espaço de *orla fronteira*, apresentando fenómenos (mais ou menos clandestinos) característicos dessa especificidade.

Pareceu-nos interessante fazer um estudo das memórias e dos seus significados para quem as narra, nomeadamente relativas aos acontecimentos da guerra civil espanhola, que sabíamos de antemão terem sido marcantes na vida desta comunidade. A par deste olhar sobre um passado, que como sabemos é constantemente reinterpretado por quem o viveu, procurámos perceber a realidade presente e analisar as mudanças, através das representações delas feitas pelos nossos interlocutores.

Neste estudo procurámos partir do ontem para o hoje, identificando o que aconteceu, o que está a acontecer e o que está a mudar, por relação ao conceito de fronteira. Nesta passagem da História (recente) à Etnografia (das memórias) procuraremos a importância (ou falta dela) do conceito de fronteira na construção das identidades no contexto escolhido.

Centrámos as nossas observações na dimensão prática e discursiva de interlocutores que vivem *na fronteira* e *a fronteira*. Ora, em Sernande, uma aldeia que geograficamente está mais perto de Espanha do que de Portugal, uma vez que não

² Por Filipa Piecho, Manuel Pereira e Manuel Teles Grilo.

³ Sernande fica no nordeste de Portugal, numa zona de fronteira com Espanha desde sempre marcada pela 'promiscuidade' entre vizinhos de um país e outro. Situada no concelho de Vinhais, a aldeia pertence à junta de freguesia do Pinheiro Novo, juntamente com as aldeias de Pinheiro Novo e Pinheiro Velho.

⁴ Donnan e Wilson (1998) (1999)

tem fronteiras 'naturais' com Espanha, enquanto que se quisermos ir às freguesias vizinhas do lado português temos de atravessar profundos vales, por onde serpenteiam os rios Rabaçal, Contim e Assureira; esta dimensão discursiva e prática sobre a fronteira é complexíssima e rica em subtilezas e representações inesperadas da mesma.

A nossa fonte de informação mais valiosa, principalmente no que concerne aos episódios da guerra civil, foram as memórias dos de Sernande. No entanto, e quando se trabalha com memórias, tal como com qualquer outro tipo de discurso, temos de ter em atenção o facto de estarmos a lidar com representações de memórias. Memórias que são reinterpretadas por sujeitos subjectivos, e por sua vez reinterpretadas por nós. As memórias em si não produzem sentido, o sentido delas está nos seus interlocutores, são eles que lhes produzem significado. Foi com estes pressupostos, que analisámos e abordámos a questão das memórias.

Sernande é uma pequena aldeia do concelho de Vinhais, freguesia do Pinheiro Novo. Dista da sede do concelho cerca de 20 Km e 3 Km da sede de freguesia. Tem cerca de vinte habitantes, na sua maioria na terceira idade, o que faz com que, no que concerne às actividades agrícolas esteja quase morta. Subsistem pequena hortas familiares, e pouco mais. O gado já não pasta por ali, nem sequer as vacas. É servida de luz, água e, recentemente de um caminho melhorado mas de terra batida. A estrada, essa, só foi aberta à vinte e cinco anos. Ainda assim o cruzamento para Sernande fica a dois quilómetros da aldeia. Tem duas crianças, que estudam, uma numa aldeia vizinha e outra em Vinhais.

Em termos metodológicos procurámos, num primeiro momento, privilegiar a observação directa quer em Sernande, quer nas aldeias vizinhas (portuguesas e espanholas), esperando que esta, em conjunto com conversas informais e com a simples convivência, nos abrisse as portas para as entrevistas semi-directivas e outros métodos mais 'pesados'. A escolha de interlocutores também seguiu este princípio. Importante para a nossa inserção no terreno foram também os mini-inquéritos que levámos a cabo nos primeiros dias. Estes inquéritos pretendiam fazer um

levantamento esquemático dos vizinhos, bem como das suas actividades. Num segundo momento pudemos passar a levantamentos, mais ou menos intensos, das memórias dos habitantes de Sernande. Para isso utilizámos o método das entrevistas semi-directivas. É de assinalar que, de entre os inúmeros obstáculos que nos foram surgindo, um foi particularmente interessante. Tratou-se da resistência, por parte de uma nossa interlocutora, de nos relatar as suas memórias sobre os refugiados, uma vez que já tinha sido entrevistada para outra obra sobre este tema. A senhora insistia para nós lermos o livro, chegando a emprestar-nos o dito. Fez-nos lembrar o efeito Rio de Onor⁵, descrito por Joaquim Pais de Brito. No fim esta situação resolveu-se, com a ajuda da nossa alegada incompreensão dos factos do dito livro, que levou a senhora a nos esclarecer.

Também trabalhámos os registos paroquiais da aldeia, ainda que no resultado final não tenha sido de determinante importância. Foi um trabalho proveitoso no sentido de nos envolver e enquadrar nas dinâmicas familiares da comunidade. Particularmente quando posto em diálogo com o levantamento pormenorizado da aldeia, quer gráfico, quer descritivo, que levámos a cabo; bem como com o levantamento de vizinhos.

Em termos de experiência de trabalho, a primeira mais aproximada do *metier* dos antropólogos que tivemos, pensamos que foi extremamente positiva. Apesar do tempo de estadia no terreno ter sido bastante curto, não sentimos grandes dificuldades de inserção na comunidade. Todas as pessoas nos puxaram para dentro de casa onde, sistematicamente, nos aqueciam nos fogos e com café. Todos nos banquetearam, sendo por si só o tema da comensalidade (esta mais espontânea) merecedor de um estudo. Enchidos, presuntos, matanças, couves, batatas, caldo e filhoses preencheram todo o trabalho e são um fio, quase que condutor, de todas as suas faces.

A aplicação dos que classificámos como *métodos pesados*, mais concretamente as entrevistas gravadas, não terá sido tão bem conseguida. Não que não tenhamos

⁵ Pais de Brito (1996)

reunido bastante e boa informação. Mas por culpa nossa, que não soubemos talvez sintetizar bem os tópicos em perguntas, ficámos com a sensação que conseguiríamos o mesmo e talvez melhor com outros tipos de abordagem. Fomos fazendo os nossos melhoramentos de entrevista para entrevista, com alguns resultados, mas provavelmente precisaremos de mais umas tantas... Ainda assim, e também motivados pela constatação do volume imenso de informação que não foi utilizada, ficámos com a sensação que, tanto o tema, como o terreno em si, são merecedores de um aprofundamento que ainda está por fazer.

Em termos da apresentação do trabalho, esta resulta de um levantamento temático e análise dos respectivos conteúdos. Estes mostraram-se, a maior parte das vezes relativamente superficiais. Consequentemente, as reflexões que nos foram sendo sugeridas pelos diferentes materiais, foram aparecendo como *flashes*, muitas vezes com ligações obscuras entre elas, outras vezes surpreendentemente soltas (a este facto não será alheio o tempo curto de permanência no terreno). Perante isto pareceu-nos mais interessante assumir esta descontinuidade, tentando-a encaixar em dois parâmetros maioritariamente temporais. Assim temos um primeiro capítulo dedicado ao *papel das memórias da guerra civil espanhola no processo de construção das identidades numa situação de orla fronteiriça*. Este capítulo contém uma visão sobre as memórias do horror da guerra civil; outra sobre as memórias dos habitantes de Sernande por referência a refugiados e guerrilheiros que por lá passaram; e, finalmente, outra sobre as memórias relativas a episódios traumáticos. No segundo capítulo pretendemos analisar mais concretamente *a fronteira, nomeadamente as vivências que origina em Sernande*. Mais uma vez, este capítulo reúne um conjunto de textos sobre as memórias da comunidade no passado; as memórias por relação à fronteira e a fronteira na contemporaneidade; a aldeia hoje; e, por fim, as representações do futuro feitas pelas pessoas de Sernande.

Não podíamos deixar esta nota introdutória sem agradecer, mais uma vez, a todas as pessoas de Sernande, pelo carinho, paciência e disponibilidade, ao senhor

Jocelim Carvalho, ao padre Antero, ao professor Otávio Sacramento, à professora Paula Godinho, ao Eduardo e ao Filipe.

II

A guerra civil espanhola, uma guerra que começa a 18 de Julho de 1936 com a sublevação militar contra o regime republicano então vigente – sublevação essa caracterizada por acções violentas realizadas de forma rápida e precisa – assumiu contornos bem diferentes na Galiza daqueles que assumiu no resto de Espanha.

No decorrer dos últimos dias de Julho de 1936 a Galiza entrou numa vaga de terror, convertendo-se num dos territórios de Espanha onde a repressão franquista tomaria a sua forma mais cruel. Os métodos de repressão serviram para contrariar a falta de uma mobilização popular massiva de apoio aos sublevados como acontecera noutras regiões de Espanha.

Não teria sido por acaso que em algumas províncias galegas a Frente Popular ganhara as eleições de Fevereiro de 1936 ou que partidos e sindicatos disfrutavam, nos meses que antecederam a guerra, de uma notável implantação no meio rural galego. Deste modo a maioria da população galega vê-se transformada num alvo preferencial de repressão e será sob estes moldes que a guerra se fará na Galiza.

A 20 de Julho de 1936 a Galiza estava praticamente tomada, situação que determinaria as perspectivas da população galega.

Ao longo de todas as fronteiras galegas instalaram-se sistemas de verificação ideológica e de repressão directa que impediam a saída pacífica daqueles que não partilhavam os ideais conservadores, reaccionários e militaristas dos novos dirigentes.

Perante este cenário de limpeza política muitos foram os que se alistaram no exército para que não se levantassem suspeitas sobre as suas inclinações político-ideológicas. Muitas vezes escondendo um passado sindicalista passando a perseguir antigos companheiros.

Outros optaram por esconder-se em casa ou pelos montes, fora das cidades e povoações. Sendo que grande parte destes integrar-se-iam mais tarde nos grupos de resistência anti-franquista.

Fugir tornava-se a solução possível, e rapidamente Portugal se tornou um dos destinos mais desejados daqueles que tentavam fugir da morte que os perseguia até mesmo nas suas próprias casas. No entanto Portugal não foi um caminho de rosas. A simpatia com que Salazar observava o desmoronamento republicano espanhol tornava ainda mais difícil a vida dos que fugiram e favorecendo a repressão para além fronteira. Deste modo para muitos o caminho para Portugal tornou-se um caminho sem saída, tendo como desfecho a morte. Contudo na fronteira galaico-portuguesa as cumplicidades oficiais não foram as únicas existentes, desenrolando-se uma forte corrente de solidariedade popular que em muitas ocasiões ajudou a diminuir o efeito dos mecanismos repressores, possibilitando outros desfechos menos trágicos.

Ao tentarmos compreender as relações sociais entre as pessoas de Sernande e os espanhóis que andavam fugidos à guerra civil, deparamo-nos, com a necessidade de analisar esse feixe de relações num contexto de fronteira, no qual a separação dos estados-nação como detentores de características socioculturais diferenciadoras não constitui um factor determinante. Essas relações estabelecem-se muito mais com base na convivência local que, devido à especificidade da situação de fronteira, implica um grande contacto com as pessoas, com as aldeias e respectivas vivências do lado espanhol. Assim, a presença dos espanhóis por aquelas bandas nunca foi novidade. Do mesmo modo, as pessoas de Sernande estavam a par da situação que, desde o golpe franquista de 36, se vivia em Espanha, uma vez que eram comuns as idas ou estadias nesse país, quer por motivos comerciais (feiras, contrabando, p.e.), quer por motivos laborais (trabalhos sazonais p.e.), quer pela simples convivência (idas a festas p.e.).

A familiaridade com as populações espanholas, bem como a sensibilidade ao problema e aos horrores da guerra civil foram, quanto a nós, os factores mais

decisivos e que levaram a que os refugiados se pudessem instalar em Sernande e imediações. Para as pessoas de Sernande que nos informaram sobre estes acontecimentos é lhes difícil (dir-se-ia mesmo irrelevante) estabelecer a diferença entre os que seriam refugiados (*os fuxidos*) da primeira hora e os guerrilheiros anti-franquistas que por lá permaneceram até 1947.

Estabelecem sim a diferença entre um primeiro momento em que os refugiados estavam mais à vontade, em que frequentavam a aldeia, nomeadamente ocupando casas desabitadas; e um segundo momento, marcado pelo medo, quer de refugiados quer das populações locais das denúncias, marcado pelas perseguições, pelos esconderijos e pelos encontros fugazes e fortuitos. Esta distinção entre refugiados do primeiro momento e guerrilheiros não é consciente para as pessoas da aldeia. O que não quer dizer que eles fossem todos iguais aos seus olhos. Assim, certas pistas nas narrativas sobre estas memórias permitem-nos deduzir se se tratam de narrativas sobre guerrilheiros ou sobre refugiados.

Temos, por exemplo, a distinção entre os que tinham 'feito sangue' e os que não tinham 'feito sangue'. Os que não tinham feito sangue puderam voltar para Espanha, enquanto que os outros tiveram de permanecer escondidos mais tempo. Não é a vertente homicida que parece estar em causa, mas sim a participação ou não numa guerra violenta e, geralmente, impiedosa. Se com isto cruzarmos certas narrativas de memórias que nos pareceram ser, claramente, de actividades guerrilheiras (tais como os roubos, os confrontos com a guarda ou as armas em posse destes espanhóis), chegamos à conclusão que estas actividades teriam sido praticadas pelos homens que 'tinham feito sangue', e podemos afirmar com um pouco mais de certeza a existência de um conjunto de guerrilheiros escondidos nas imediações de Sernande, com suporte na rede de relações estabelecidas com a população local (o que de resto terá acontecido um pouco por toda a fronteira norte de Portugal)

A partir do nosso trabalho no terreno conseguimos, como já foi referido, levantar memórias relativas a refugiados da primeira hora e a guerrilheiros. Apesar das demarcações entre uns e outros serem por vezes um pouco difusas para as

personas de Sernande, conseguimos perceber que, numa primeira fase, mais perto do início e durante a guerra civil, a aldeia se encheu de refugiados. Estes seriam os tais 'sem sangue', ou simplesmente pessoas com medo de serem alvo de 'paseos' ou de outras represálias. Juntavam-se a estes os mancebos que queriam fugir à tropa e à participação na guerra. Segundo os relatos, na sua maioria de pessoas que, na altura, eram crianças de seis ou sete anos, os refugiados andariam relativamente à vontade pela aldeia, alguns habitando em casas abandonadas, outros em casas onde os acolhiam ou em adegas e choças nos arredores da aldeia. Com o fim da guerra, estes refugiados teriam voltado a casa, dado serem maioritariamente da zona.

Paralelamente, o fim da guerra teve outro efeito, nomeadamente depois da queda da frente das Astúrias em 1937: o de 'empurrar' para os montes outro tipo de refugiados: os ex- combatentes do exército republicano. Estes homens, que mesmo depois do fim da guerra continuaram a acreditar na falta de consistência e na possível queda do regime franquista, não desistiram da luta armada nem da resistência. Por toda a Galiza surgiram '*bolsas de guerrilha*' que combateram muito para além do fim da guerra civil. Os guerrilheiros que andaram por Sernande tinham o duplo objectivo de, por um lado, tentar manter a luta armada, nomeadamente com a realização de operações a partir de Portugal e por outro lado, tentar a fuga por mar para o exílio a partir do Porto.

As memórias dos habitantes de Sernande relativamente aos guerrilheiros caracterizam-se por encontros fugazes, nomeadamente quando andavam com o gado. Assim, pelos episódios mais traumáticos que os envolveram (tais como todo o processo de traição/denúncia/morte de Alfredo, a detenção de '*Panbarato*' ou os homicídios dos guardas em Vinhais e na Cisterna de Lomba), alguns nomes de guerrilheiros ainda estão, através das alcunhas, dos nomes ou dos apelidos, nas memórias dos habitantes de Sernande, casos de Manuel Bázan Girón, 'o Girón'; Luiz Gomez, 'o Panbarato'; Alfredo Yañez Dominguez, 'o Aguirre'; ou Bernardino Garcia e Garcia, 'o Garcia'.

Os referidos episódios com a guarda, nomeadamente os assassinatos, constituem acontecimentos marcantes para as pessoas de Sernande, dado serem mencionados como despoletadores do aumento da repressão por parte das autoridades portuguesas. Os assassinatos surgiram em consequência de encontros fortuitos entre guardas e guerrilheiros, mas foram de consequências trágicas para uns e outros. É interessante notar como todas as acções dos espanhóis são, se tivermos em conta a economia das narrativas, justificadas e positivas. Os indivíduos espanhóis são recordados pela sua justiça, pois não roubavam em Portugal e mesmo a morte dos guardas é compensada pelas dezenas de guardas que deixaram viver ou fugir em vez de os defrontar.

Até a senhora Gracinda, cujos pai e irmã morreram em consequência da convivência com espanhóis, e que diz que estes só lhe trouxeram desgraças, os desculpabiliza de responsabilidade directa, referindo-se-lhes como 'coitadinhos' sistematicamente. Em contraste com esta representação positiva dos espanhóis (refugiados e guerrilheiros) temos a representação, muito mais ambivalente, dos guardas. Os guardas fiscais, por muitas vezes serem naturais da região, eram vistos como complacentes em relação, por exemplo, ao contrabando. Já não o seriam tanto em relação aos refugiados, mas ainda assim eram vistos, na generalidade, de uma forma relativamente positiva.

Os GNR, não eram tão bem vistos, pois quando iam a Sernande era para fazer rusgas e prisões. A distância a estas corporações, que tinham base em Vinhais ou em Chaves, também parece contribuir para a representação relativamente negativa deles feita pelos habitantes de Sernande. Ainda assim a guarda de que pior falam as pessoas de Sernande é da guarda espanhola (civil, carbineiros, falange), que espancava contrabandistas e matava refugiados. A propósito das autoridades espanholas da altura dizia-nos o senhor Maximino: 'Para eles matar era um copo de binho...'

Referimo-nos anteriormente à ajuda prestada pelas populações de Sernande aos refugiados (quer fugidos dos primeiros tempos, quer mais tarde aos

guerrilheiros). Essas ajudas, que foram de vital importância para todos os refugiados que por lá passaram, foram possíveis graças à rede social existente na aldeia. Uma rede com grandes extensões dos dois lados da fronteira e que sempre manobrou a questão da fronteira conforme os seus próprios interesses, passando por cima da importância dessa linha para os estados-nação.

Assim, quando os refugiados chegaram à zona dos Pinheiros e escolheram Sernande por não ter a presença permanente da guarda-fiscal e por estar, geograficamente, um pouco mais escondida, encontraram uma população que os acolheu e que os escondeu das autoridades. São inúmeros os contactos e trocas que pudemos registar terem acontecido entre refugiados e pessoas de Sernande. Quanto a estas trocas, as representações das pessoas divergem no que diz respeito à sua natureza. Para umas elas foram sobretudo trocas desinteressadas, de quem não tinha nada para quem nada tinha. Foram forjadas no sofrimento de refugiados e acoitados.

Para outros, as trocas seriam proveitosas para os habitantes da aldeia. De facto, às vezes custa a perceber porque é que os de Sernande aguentaram tantas provações por causa dos refugiados. Várias pessoas disseram que eles pagavam as comidas, os alojamentos ou o pão, com dinheiro ou objectos. De qualquer maneira, ao contarmos isto, as pessoas nunca evidenciam o lado lucrativo destas trocas, antes as classificaram como outro acto digno da justiça e rectidão dos espanhóis: o *'não ficarem a dever nada a ninguém'*. A explicação do tipo economicista para uma tão longa relação entre Sernande e os refugiados espanhóis não nos parece válida, até porque estes não andariam propriamente a nadar em dinheiro.

No nosso entender, a haver uma explicação, ela assenta na especificidade de uma rede social que entende as povoações vizinhas espanholas, mais como 'vizinhas' e menos como 'espanholas', partilhando com elas as vivências, as experiências e as dificuldades. Assim, perante uma situação de crise do lado espanhol, as pessoas de Sernande não puderam apagar os laços vivenciais e de cumplicidade que existiam de

um lado e outro da fronteira, fazendo de um problema dos outros o deles, e tentando, como podiam, fazer-lhe frente.

Depois de realizarmos o projecto para este trabalho, partimos para Sernande com convicção, curiosidade e ao mesmo tempo com algumas reticências que se relacionavam com o facto de estarmos a lidar com assuntos delicados que as pessoas poderiam não querer voltar a lembrar.

Já em Sernande e depois das primeiras conversas com algumas pessoas, acerca das memórias que tinham sobre os refugiados e guerrilheiros espanhóis, fomos levados a fazer uma distinção entre dois discursos: um tipo de discurso em que constavam memórias de acontecimentos traumáticos relacionados com os refugiados e outro em que as memórias eram mais vagas, gerais e respeitantes ao quotidiano.

Chamámos-lhes acontecimentos traumáticos pelo facto de terem sido trágicos para quem os viveu, marcando e moldando de certa forma as suas vidas e representações dos espanhóis e delas próprias.

Em Sernande houve dois acontecimentos que marcaram profundamente as pessoas: o assassinato do guerrilheiro Alfredo Yañes Dominguez e as prisões a que foram submetidos quase todos os homens da aldeia.

Estes dois acontecimentos, qualquer um deles com consequências trágicas para as pessoas, foram-nos referidos sem qualquer tipo de resistência e até mesmo sem qualquer insistência da nossa parte. Foram-nos relatados logo nos primeiros momentos como um cartão de visita, sem querer diminuir de alguma forma a dimensão trágica que os acompanhava, e ocupando deste modo, um espaço considerável na retórica destes discursos. Temos com isto, uma consequente patrimonialização das memórias que, como já foi referido anteriormente, aparecem vinculadas pelo trauma. O que não quer dizer que as pessoas evitem falar delas. Pelo contrário, revelam até uma certa necessidade de abordar este tema. Estes dois acontecimentos são mais complexos do que à partida poderia parecer, pelo facto de terem desencadeado uma série de outros acontecimentos não menos trágicos.

(...) *Lembro! Lembro!.. Estava tudo cercadinho, tudo cercadinho por aqui... Tudo cheio de guardas, espanhóis e portugueses!(...)*, diz-nos a Sr.^a Gracinda sobre como começara aquele dia em que Alfredo seria assassinado. O guerrilheiro, que já há algum tempo se escondia no forno de casa de Zé Maria Gonçalves (tio da Sr.^a Gracinda), foi entregue à guarda pela sua namorada que revelou o seu esconderijo. Para o apanhar, a Guarda cercou, bombardeou e metralhou a casa que o acoitava. Com os tiros e bombas, Alfredo viu-se obrigado a sair do esconderijo correndo em direcção aos lameiros perto da fonte. No entanto, a evidente diferença numérica de cerca de sessenta guardas para um único refugiado fez com que Alfredo acabasse por morrer.

(...) *E só me lembro, mas eu era muito pequenina, de virem com o espanhol cá para cima já morto e eu pequenina mas lembra-me, choraba porque pensava que era o meu tio, não percebi e depois perguntavam-me: porque choras? E eu dizia: porque matarem meu tio... Mas não era e depois é que me disserem... Mas eu choraba!* (Sr.^a Gracinda). Alfredo acabou por ser enterrado pelas pessoas de Sernande no pequeno cemitério da aldeia e o Sr.^o Zé Maria foi preso, acabando por sair poucos meses depois graças às suas 'boas relações'.

Tempos mais tarde, ainda naquele forno, outro acontecimento viria a marcar estas pessoas. Uma bomba esquecida, que se julgava desactivada, explodiu nas mãos de um jovem rapaz que, tal como a menina que o acompanhava (irmã da sr.Gracinda), morreria na sequência da explosão da bomba, ao tentar desmontá-la.

Um outro episódio que viria a marcar traumáticamente as pessoas, esta relacionado com a vaga de prisões a que Sernande assistiu, no seio da sua comunidade. (...) *Lembra-me disso, mas do tempo que estiverem presos não. Eu era novita, não ligava a isso... Lembra-me de irem presos, até um ano no St.^o Antonio quase não havia aqui ninguém... Estava tudo preso.. (...)*, diz Lucia a propósito das inesperadas e numerosas prisões. Esta vaga prisões apresenta-se como a principal responsável pelos traumas causados, devido ao afastamento e perda de vidas que ocorreu entre numerosas famílias: (...) *Pois foi, acusarem-no que andava com os espanhóis e foi preso, levarem-no para Bragança e... Prontos matarem-no lá!(...)*, comenta Gracinda, a respeito

da prisão e consequente morte do seu pai que nunca chegou a conhecer. Assim, observámos que as memórias de episódios traumáticos para as pessoas de Sernande se nos apresentam não só lembradas nos *discursos vivos* de tais acontecimentos como também e principalmente como memórias patrimonializadas. São como que lendas, memórias particularmente partilhadas pela comunidade, que encontra nelas fundamentos da sua própria essência, assim como encontra nelas também certas matrizes sobre o que foram acontecimentos relacionados com a guerra civil espanhola.

III

Se fosse como antigamente... Esta rua lá pela manhã, estava toda cheia de fazenda. De gado e crias... De noite a mesma coisa, e gente! Tu ias por essa rua acima, era tudo cheio de gente por todos os lados (...) Agora, vai-se por aí arriba ninguém dá a boa-hora! - Srº José Gomes

Neste seu desabafo, o Srº José Gomes mostra-nos a ligação intrínseca entre a vida da aldeia e a agricultura como modo de vida. De facto, a desruralização, processo que percorreu o mundo rural português desde os anos 1950 (e mais amplamente, o de certos países europeus), faz-se sentir de uma forma inexorável no contexto transmontano. Já não existem *vacas*, nem *crias*, nem *fazenda* e consequentemente já não existe *gente*.

Aliado às vagas de emigração que foram varrendo as populações do território, o processo de desruralização (que também é causa da emigração) torna-se numa verdadeira 'pescadinha de rabo na boca' que vai esvaziando de pessoas o mundo rural em Portugal. Por certo não é estranha a este processo a origem da ambivalência que caracteriza as reacções culturais dos habitantes de Sernande. De facto, pudemos verificar que a vida de Sernande, em termos das ocupações e do quotidiano, continua a desenrolar-se em relação a memórias de um tempo em que a aldeia tinha vida. Esse

tempo corresponde à juventude dos que agora são velhos. Velhos que viram o vigor dos campos, dos trabalhos, da aldeia... Velhos que hoje compreendem que está tudo diferente, que compreendem que a agricultura já não dá subsistência a quase ninguém, enquanto que, quando eles eram novos, quase ninguém vivia de outra coisa.

As actividades de hoje regem-se assim, pelos hábitos de ontem. No entanto, ao narrarem as suas memórias, os nossos interlocutores nunca foram capazes, nem mesmo os mais saudosistas, de afirmar que antigamente se estava melhor que hoje. A miséria extrema, difícil de ultrapassar, bem como a dureza do trabalho rural pauta estas recordações. Era um tempo marcado por uma hierarquização social cerrada, habilmente camuflada num aparente comunitarismo. Como compreender a quantidade de *zorros* (filhos ilegítimos), ou as estratégias de velhice (que podiam fazer com que um casal de velhos pedisse aos vizinhos que os deixassem criar-lhes um filho), ou as estratégias de herança (que podiam fazer com que famílias inteiras se empenhassem em determinado casamento, ainda que não fosse vontade dos nubentes)? E como analisar o destino quase certo da maior parte dos *zorros*, que iam servir para casas, como criados de lavoura? A hierarquia social existiu sempre em Sernande e esteve intimamente ligada (como no contexto transmontano em geral) à posse de terra e de força de trabalho.

Os trabalhos sazonais, efectuados em Sernande e nas aldeias espanholas (geralmente, quinze dias em Sernande e os outros quinze dias à jeira pela Esculqueira, a Mezquita, a Gudiña, etc., onde pagassem melhor), serviam como uma mais valia, geralmente para os mais novos. Outra jeira importante era a que davam as noites de contrabando (também denominado *trelo*). Diziam-nos no Pinheiro Velho que aquelas aldeias ainda tinham muita sorte por estarem ao lado de Espanha, as outras nem isso tinham. De facto, o *trelo* constituía uma fonte de rendimento explorada por todos. Também nela se espelhava a hierarquia social vigente, uma vez que quem tinha pecúlio podia investir em mercadorias. Quem não tivesse para investir ia ganhar a *jeirinha* em duras caminhadas nocturnas de dez, quinze

quilómetros, carregados com muito peso, por montes e vales, escapando a guardas portuguesas e espanhóis, arriscando-se a ser preso, espancado ou mesmo morto.

A única coisa que nos dizem ter sido melhor no passado são as festas. Antigamente constituíam momentos de reunião entre populações afastadas pelas dificuldades de mobilidade. As festas do lado espanhol e português eram muito frequentadas pelos de Sernande, que também eram anfitriões dia 13 de Julho para o Stº António, onde havia bailes com gaiteiros espanhóis.

Todos estes fenómenos de movimentos de pessoas (contrabando/*fuxidos*/emigração) são importantes para compreendermos como em dois momentos cronológicos distintos, passado e presente, se projectam memórias e se constróem discursos à volta de situações específicas que marcam uma identidade.

Sernande é uma povoação que encontrando-se ‘oficialmente’ no limiar da fronteira do nordeste transmontano com Espanha apresenta hoje, como sempre o fez, uma dinâmica de trocas culturais e sociais com este país vizinho.

Sendo um lugar de passagem quer dos que à margem da lei praticavam o contrabando comercial entre terras portuguesas e espanholas (fazendo desta actividade uma fonte de rendimentos considerável) quer dos “fuxidos” da guerra civil espanhola que escolheram esta povoação para local de acolhimento e poiso momentâneo, quer ainda dos emigrantes que outrora iam ‘a salto’ (para Espanha, França e outros destinos em busca de trabalho e melhores condições de vida), Sernande apresenta-se-nos como ‘uma plataforma giratória’. Este carácter de ponto de passagem é também determinante para a compreensão da identidade do sítio, uma vez que se torna um organizador social.

A Sernande que podemos ver nos nossos dias é uma aldeia desertificada, quase que abandonada e que parece ficar cada vez esquecida para aqueles que habitam as aldeias circundantes (nomeadamente Pinheiro Velho e Pinheiro Novo).

Apresenta na evolução da sua população um notório nível de envelhecimento (observe-se o anexo referente ao livro de censos de 2001 que nos dá uma ideia que, embora muito geral, consegue exemplificar o típico fenómeno de envelhecimento

que esta como outras aldeias do nordeste transmontano tem vindo a sofrer). Este declínio da população deve-se a dois grandes fenómenos: 1º o abandono das terras daqueles que partiram em emigração, 2º a falta de motivação para trabalhar numa actividade – agricultura – que em Portugal é esquecida e mesmo desvalorizada.

As terras que outrora trabalhadas, hoje aparecem mais como um espaço onde a actividade agrícola se torna, atrevemo-nos a dizê-lo, uma forma de resistência cultural. Quanto à agricultura no mundo de hoje veja-se o que um dos habitantes diz quando se fala da agricultura ali praticada actualmente: *hoje praticamente ninguém faz nada (...) faz-se, mas para consumo de casa* (Srº Gil). Tal afirmação demonstra como a agricultura tem, hoje e em Sernande, um carácter residual.

O sentido de trabalho para os poucos habitantes que estão hoje na aldeia é algo que está inculcado na vida desta pessoas desde muito cedo. Se não foi no campo, foi nos destinos de emigração onde rumaram no passado. Observemos o caso do Srº Clemente: *eu fui escravo e lebei boa vida, mas a maior escravidão que tive foi na montanha, a primeira vez que saí de casa; iam tudo para as regiões espanholas para cegar(...)*.

A ideia de um trabalho sinónimo de actividade e saúde substitui qualquer possibilidade de ócio. Sem qualquer tipo de arcaísmo rural, este mundo do trabalho no campo em Sernande é-nos apresentado, mais do que em memórias de um passado duro e difícil, um presente algo modificado, mas pouco melhor. *A gente era pobre... O nosso concelho é pobre (...) é só da agricultura... Não há uma fábrica, não há nada* (Srº Clemente).

Aparecendo aos nossos olhos de turismo etnográfico como uma paisagem inigualável: *é como uma varanda sobre os montes (...)* (Manuel Teles Grilo), a aldeia é hoje um lugar desolado, desértico, sem vida e sem trabalho, aparecendo representada saudosisticamente nas memórias das pessoas: *havia mais gente, na altura numa casa do que há agora em todas! Aquilo sim, eram tempos(...)* *Havia mais miséria mas havia mais gente! (...)* (Senhor Gil).

A actividade de todos os habitantes de Sernande está ainda intimamente ligada à terra mas a falta, não de um terreno (que continua agrícola), mas de

incentivos que os levem as pessoas fazer frente a um país que não se preocupa com a actividade agrícola, faz com que surja, face ao fenómeno da desruralização, uma certa resistência cultural por parte das pessoas.

Só desta forma se consegue perceber como é que episódios sócio-históricos como o 25 de Abril de 1974 não conseguiram abalar a estrutura social desta aldeia. Assim, apesar do isolamento, os habitantes tiveram uma ligeira consciência das mudanças históricas e sociais e das consequentes mudanças na vida da aldeia. Mas que não foram suficientes para alterar, de forma significativa, as representações culturais homem-terra-trabalho. Veja-se isto: quando numa entrevista é perguntado se mudou alguma coisa logo nos anos a seguir ao 25 de Abril de 1974: (...) *Ficou na mesma, houve mais liberdade, de resto...* (Sr^o Gil)

A identidade da aldeia aparece moldada pelo avanço de um tempo que afasta as pessoas cada vez mais, de um mundo moderno com um número de serviços, acessos e possibilidades otimizados onde as pessoas parecem não sentirem necessidade de se encaixar.

A quase inexistente mobilidade de outrora é hoje ocasional, sendo que a relação com Espanha, agora, com ‘as fronteiras abertas’⁶, não tenha qualquer sentido comercial, *só se for a trabalhar ou (...) a passear* como nos disse um habitante da aldeia.

Sernande constrói a sua identidade isolando-se geograficamente e alheando-se socialmente. Este isolamento e este alheamento são contribuintes de outras marcas constituintes da identidade desta aldeia do nordeste transmontano - o afastamento de algumas instituições como a Igreja e a proximidade de um poder local representado por um individuo que, sendo ele presidente da junta de freguesia é ‘filho da terra’, aproximando Estado e pessoas.

Esta aldeia, marcada por memórias de um passado rural duro e difícil, é um espaço que, mesmo em vias de completa desertificação e desruralização, apresenta

⁶ Desde 1993, devido aos acordos de Shengen, as fronteiras entre os estados-membros da U.E. passaram a estar livres.

um sentido e valorização do trabalho no campo onde há novos intervenientes a surgir:

gosto disto aqui e queria ver se ficava aqui (Sr^o Gil)

Após um passado, onde proprietários, lavradores e jornaleiros estruturavam socialmente toda uma povoação, temos um presente social precário onde a actividade agrícola parece caminhar para um futuro que se prevê nada promissor. O fenómeno da desruralização do país faz com que em terras como Sernande as pessoas se afastem daquela ‘intimidade’ que mantinham com a terra, conduzindo ao abandono de expectativas e esperanças num futuro capaz de revitalizar esta actividade, que é quase que o único modo de vida que conhecem.

É portanto num presente cada vez mais delicado que as pessoas constróem um conjunto de discursos e representações sobre o seu futuro pessoal com uma grande dose incerteza.

É a partir de evidências como (...) *os novos não querem vir trabalhar para aqui.. .e Opois isto vai de acabar...* (Sr^o Clemente), que se abrem perspectivas sempre diferentes face ‘ao que há de vir’, ora doseadas pelo pessimismo: (...) *Mas há-de vir um século de tornar à escravidão* (Sr^o Clemente) ou *o futuro não há nenhum* (senhor Gil); ora preenchidas por uma crença de uma possível melhoria através daqueles que imigram para aquela região: (...) *só se acontecer como nalguns países que agora Portugal também está a receber muitos imigrantes e venham ir trabalhar (...) por que isto não é rentável, não é?* (Sr^o Gi).

Reconhecida a mudança cada vez maior na estrutura social da aldeia, observa-se, nos discursos das pessoas, a procura de soluções e hipóteses para evitar aquilo que mais os aflige: por uma lado, o rápido envelhecimento da população: (...) *daqui a mais uma dúzia de anos já não vai haver aqui quase ninguém* (Sr^o Gil) e por outro, o abandono das terras: *E agora os terrenos de além, estão sem partir(...)uma mosca só não faz verão... Eu só não posso trabalhar(...) Está tudo pegadinho de monte, giestas e silvas”* (senhor Clemente).

Entre essas soluções figura mais uma vez a esperança contínua de uma mudança que não acabe de vez com a sua já pouca actividade junto das terras.

A maior parte dos habitantes desta aldeia fronteiriça permanece nesta incerteza de um futuro que, paradoxalmente, parece já estar traçado. No entanto, é de registrar que os membros da família mais jovem apresentam sinais de uma aparente disponibilidade de mudança de vida no sentido de haver uma qualquer eventualidade no dia de amanhã em Sernande.

O futuro de Sernande apresenta-se sob todas as formas discursivas das pessoas que a habitam e a vivem mais do que incerto, bastante reticente.



Imagem 1: O Rio Rabaçal, serpenteando por entre os montes.

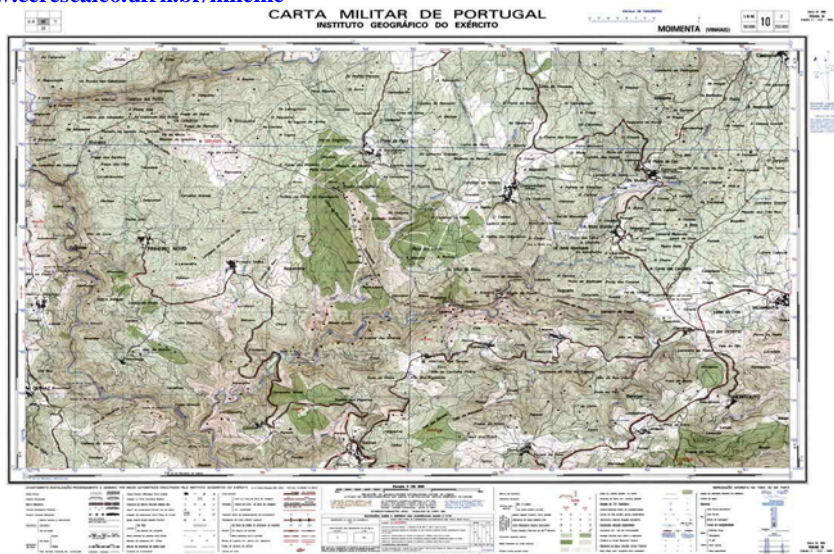


Imagem 2: Mapa da zona de Pinheiro Novo, Pinheiro Velho e Sernande.

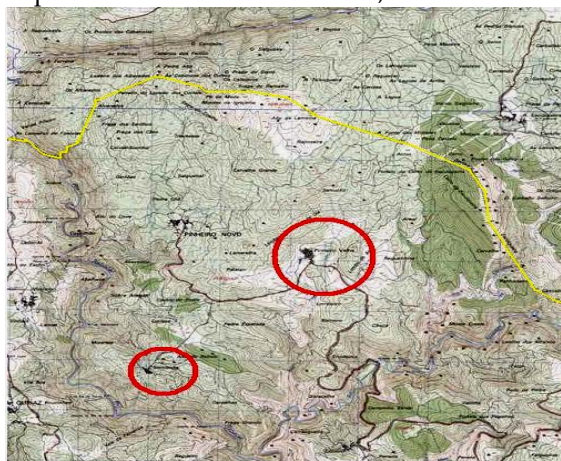


Imagem 3: Excerto do mapa anterior. Círculos a vermelho- Pinheiro Velho e Sernande; a amarelo-linha de fronteira com Espanha.



Imagem 4: Fronteira com Espanha na estrada de Pinheiro Velho para A Esculqueira e A Mezquita.
Do lado Português a estrada de terra, do lado Espanhol o asfalto
(Foto tirada em Dezembro de 2003. Ao revisitar o terreno em Setembro de 2004, esta mesma estrada era asfaltada por insistência do Pres. da Junta)

PINHEIRO VELHO⁷**I**

Pinheiro Velho, pequena povoação da freguesia de Pinheiro Novo, no concelho de Vinhais. Situada na serra da coroa, plena *Terra Fria* Transmontana no Norte de Portugal, a 4 km da fronteira com Espanha, esta aldeia preenchia à partida os requisitos para cumprirmos o nosso desejo de exploração da *cultura e identidade de fronteira*. Memórias do *trêlo*, da guerra civil, de estratégias delineadas para contornar dificuldades da vida e/ou para aproveitar oportunidades criadas por essa linha imaginária que supostamente serve para dividir e separar. Neste curto trabalho de campo (realizado no âmbito da cadeira de Antropologia Portuguesa Contemporânea, da licenciatura de Antropologia da FCSH-UNL) ficámos alojados no edifício que já fora o posto da guarda fiscal da zona e posteriormente a escola da aldeia, graças à prontidão com que o presidente da Junta de Freguesia, Sr. Jocelim Carvalho, se dispôs a auxiliar-nos neste trabalho. Ficámos então alojados no Pinheiro Velho com mais três investigadores, grupo que realizou o seu trabalho de pesquisa em Sernande, outra das três povoações que compõem a freguesia. Como grupo de trabalho da fronteira, trabalhámos os cinco em paralelo, partilhando materiais e ideias, discutindo e confraternizando, o que muito contribuiu para o sucesso da estadia no terreno de ambos os grupos. Dos três povos, distanciados entre si por 3 km, Sernande é o mais pequeno, sendo que os outros dois (Pinheiro Novo e Pinheiro Velho) têm sensivelmente o mesmo tamanho.

Iniciámos o nosso trabalho na aldeia no dia 20 de dezembro de 2003, e terminámos a nossa curta estadia no dia 2 de janeiro de 2004. Entre os passeios pela aldeia, as conversas casuais na rua, a hospitalidade e simpatia das pessoas, e tudo o que mais experimentámos, os dias passaram depressa.

⁷ Por Eduardo Araújo e Francisco Filipe Pires.

Esta curta estadia no Pinheiro Velho deixou principalmente a noção de que este é um trabalho que merece sem dúvida ser muito mais aprofundado, e que em tão pouco tempo é claramente impossível empreender um trabalho minimamente esclarecedor acerca deste tema, tendo em conta a vastidão de informações, hipóteses explicativas e temas de pesquisa com que nos deparamos na aldeia. Ainda assim, ficámos com algumas imagens do que é *viver na raia, ser raiano*.

II

O facto de se situar nas proximidades do limite territorial de um país é concerteza um elemento central na construção identitária de uma comunidade, tendo em conta que este facto comporta características de diversa ordem que influenciam, a curto, médio e longo prazo, as vidas das pessoas nos seus comportamentos e hábitos, nas suas relações e redes sociais, e até nas suas estratégias económicas de subsistência. Podemos fácil e rapidamente reparar nas peculiaridades deste espaço de *orla fronteira*, seja pelo simples e mais imediato facto de se verificar a mistura de algumas palavras espanholas no vocabulário português (devido, como é natural, ao contacto constante com o país vizinho), seja pelo facto de, ao terem o outro lado ali tão perto, as pessoas se aproveitarem disso para criar estratégias suplementares de sobrevivência (tais como o contrabando ou, por outro lado, os guerrilheiros do tempo da Guerra Civil espanhola que se refugiavam na raia portuguesa).

Em primeiro lugar (como é normal entre pessoas que moram perto umas das outras), geraram-se ao logo dos tempos fortes laços sociais com os povos espanhóis mais próximos e, se a proximidade geográfica é à partida o principal factor a possibilitar estas relações, não é menos verdade que o contrabando ajudou grandemente a desenvolver toda a rede de relações sociais inter-fronteiriças, o que levou a que já daí houvessem choques de identidades nacionais diferentes. Em segundo lugar, a existência de uma linha imaginária que divide dois países (ou seja, duas individualidades territoriais, políticas e económicas) sustenta as diferenças

existentes entre os mesmos. Essas diferenças são por vezes aproveitadas pelos povos raianos da maneira que melhor lhes convém, usando-as para seu proveito. Marcelo Alvarez, no seu texto *“Práticas de la integración: identidad y conflicto en una frontera vulnerable”* (in *Globalización, Fronteras culturales y políticas e Ciudadanía*, 1999), acerca da fronteira do nordeste argentino, diz-nos: *Ser de la frontera es una forma de compartir una identidad que emerge en ciertos contextos, cruzada desde luego por otras marcas influyentes como el género, la edad, la pertenencia étnica (...). Su control (dos raianos) sobre el espacio social y económico alrededor de la frontera les ha permitido manejar las ambigüedades de los límites para sus propios fines (incluso el contrabando ha provisto un importante medio de vida para los residentes y ha impulsado una red social de lazos interfronterizos)*. (Alvarez, 1999: 32).

A fronteira aparece então como a linha que separa e diferencia, e ao mesmo tempo dá aos povos fronteiriços a possibilidade de tirarem proveito dessas mesmas diferenças, dessas ambigüidades. Claros exemplos de estratégias de defesa tirando partido da existencia da própria fronteira, são os acontecimentos (hoje relatados pelos habitantes locais com teor de memória patrimonializada) relacionados com guerrilheiros da Guerra Civil espanhola, que durante a guerra (e depois dela, pois na Galiza foi curta) se refugiavam no norte transmontano português. Sernande, por exemplo, acolheu inúmeros refugiados, como pudemos verificar através do trabalho dos nossos colegas de casa, que decorria em paralelo com o nosso. Também em alguns relatos recolhidos no Pinheiro Velho comprovámos esse facto: *Aqui no Pinheiro Velho também os houve (guerrilheiros refugiados), houve-os em todo o lado. Só que aqui eram menos e eram mais bem escondidos, por causa do posto (da Guarda Fiscal)*, dizia-nos a Sra Liduína numa das várias conversas que com ela tivemos. A fronteira serviu como refúgio, neste caso, para alguns espanhóis. E também neste caso a vida das comunidades raianas foi muito afectada. Daí serem as memórias da guerra civil algumas das principais narrativas com que esta e tantas outras comunidades se pensam.

Outras das memórias bem vincadas nas narrativas dos habitantes do Pinheiro Velho são as do contrabando. Aliás, arriscamos até dizer que, nesta pequena comunidade, as memórias do contrabando são umas das principais, se não mesmo a principal marca identitária, mais do que as memórias da Guerra Civil (embora a Guerra Civil espanhola e os guerrilheiros refugiados tivessem afectado a vida de todas as povoações raianas da zona, devido ao facto de existir um posto da guarda fiscal em Pinheiro Velho, essas memórias não se mostram tão imediatas nem em tão grande número como por exemplo em Sernande). E isto porque algo que ficou bem claro para nós desde o início foi que o contrabando foi algo que se fez durante muito tempo, em larga escala, por quase toda a gente na povoação (dizia-nos o Tó, um jovem professor nascido na aldeia e a morar em Vinhais: *Aqui toda a gente o fez! Aqui praí 90% das pessoas fazia contrabando!*), e que era o mais importante complemento económico na vida das pessoas, que trabalhavam na sua quase totalidade numa agricultura de subsistência.

III

A partir de 1 de Janeiro de 1993 deixou de haver controlo alfandegário na fronteira luso-espanhola, como em tantas outras fronteiras da União Europeia, graças ao acordo de Schengen. Logo, hoje em dia as coisas são diferentes. Já não existe contrabando (pelo menos não aquele a que nos referimos), não só porque já não há a possibilidade de o fazer mas também devido à emigração que se vem sentindo em larga escala em toda esta região desde as décadas de 60 e 70, sensivelmente (fenómeno esse merecedor, por si só, de um estudo), e que é apresentada pelos habitantes do Pinheiro Velho como sendo a principal causa do desaparecimento do contrabando ainda na década de 80. Segundo o que apurámos, quando abriram as fronteiras já não havia contrabando, pelo que este acontecimento não aparece como um marco muito importante na memória das pessoas. Ainda assim, todos

reconhecem que foi bom abrirem as fronteiras, *porque agora já se pode passar á vontade, e tudo.*

O contrabando (*...em termos simples, [...] todos os artigos que entram ou saem do país sem controlo alfandegário* – Hermínio Augusto Bernardo, in *Práticas de contrabando no nordeste transmontano*, 1999), para uns um complemento aos magros rendimentos da agricultura, para outros uma forma de ir ganhando a vida, para outros ainda, o caminho para a riqueza ou, quando algo corria mal, para a prisão ou falência. Esse dinheiro extra que se podia ganhar levava as pessoas a percorrer quilómetros a pé, sempre pelo mato, pelos montes, de noite para fugir aos guardas, para poder chegar a Espanha com o fardo que levavam às costas, por vezes com mais de vinte kg. *Nem a chuva, nem o frio, nem a neve ou nevoeiro impediam o raiano de ir ao trêlo.* São inúmeros e impressionantes os relatos que ouvimos. Dos que foram apanhados e escaparam deixando a carga para trás, dos que foram mortos a tiro pelos carabineiros, dos que enganavam os guardas de forma engenhosa, dos que ficaram sem nada, ou dos que fizeram uma casa graças ao que vinha do contrabando. Este fenómeno foi então, algo que afectou todas as escalas de uma hipotética hierarquia economico-social local e que se estendeu ao longo de um período temporal alargado (as memórias por nós recolhidas acerca do contrabando recuam apenas até à década de 30, embora saibamos que antes desta data o contrabando já existia).

Pudemos então reparar, através das informações recolhidas, que desde a década de 30 até à década de 80, o produto que mais se contrabandeava era o café. Passava-se também corda e produtos alimentícios, até às décadas de 50/60, mas pouco mais. Nos relatos que se reportavam às décadas de 60/70, pudemos já constatar que outros tipos de produtos se passavam pela fronteira, tais como o cobre, o cobre velho (chatarra), e foi-nos até mencionado o contrabando de ouro e prata. É importante também referir que nos relatos mais recentes se nota que o contrabando já não era feito tanto por necessidade, mas mais como forma de ganhar algum dinheiro extra para uso pessoal. Este é o caso do Afonso, um homem que na década de 80 (*...teria uns dezassete anos...*) juntou perto de duzentos contos a ir ao trêlo sem o pai

dele saber para poder comprar uma mota. Ou do Sr. Celino (toda a gente tratava o Presidente da Junta, Jocelim Carvalho, por *Celino*), que dizia que o contrabando da altura dele (décadas de 70/80) já era mais um vício, ia a Espanha com contrabando e com o que ganhava comprava logo todos os chocolates que pudesse. No período anterior à década de 70, aí sim, o contrabando surge como uma das mais importantes armas à disposição das pessoas para governar a casa. Segundo Francisco Reis, um ex-contrabandista e ex-Guarda Fiscal natural do Pinheiro Novo e casado no Pinheiro Velho (hoje está reformado, vive com a mulher e as duas filhas em Vinhais e estava a passar a quadra natalícia na casa dos sogros, na aldeia), (...) *estas aldeias aqui da raia sempre tiveram mais dinheiro do que as que são mais pra dentro do país! Por causa do contrabando, ora!... As outras não estavam perto da fronteira não podiam ganhar esse dinheiro!... Mas houve muita miséria, se num fosse o contrabando também lhe digo que num sei como seria...*

Independentemente destas demarcações temporais, pudemos também verificar que o fenómeno do contrabando, ao nível económico, se podia distinguir de três maneiras diferentes: o contrabando *à jeira* (levava-se o *trêlo* a um determinado sitio previamente definido e na volta recebia-se um pagamento do dono da mercadoria – jeira) ; o contrabando simples (quando se comprava alguma mercadoria num comerciante com o intento de a ir vender a Espanha mais cara para se ganhar algum dinheiro) ; e um contrabando de maior escala, feito pelos comerciantes ou homens mais ricos (os que tinham mais dinheiro para investir passavam grandes quantidades, contratavam pessoas para levar a mercadoria, e por vezes até se faziam sociedades.

Interessa também destacar, falando de passagens ilegais pela fronteira, que, durante um determinado período (algures entre a década de 50 e década de 70), foi também exercida uma outra actividade juridicamente ilícita nesta zona: a passagem de pessoas a salto pela fronteira. É do nosso conhecimento ter havido pelo menos um passador (o que passava as pessoas), chamavam-lhe Guerreiro e era contactado por pessoas de todo o país (segundo o que nos contaram) para as ajudar a passar a

fronteira, tendo essas o intuito de emigrar. Esta passagem a salto da fronteira era realizada mediante o pagamento de uma certa quantia em dinheiro, e era mais uma maneira de se aproveitar o facto de se viver nos limites territoriais do país para se ganhar a vida.

Foi já atrás referida a existência de um posto da guarda fiscal em Pinheiro Velho (precisamente o edifício onde estivemos alojados), o que teve também importância e influência na vida das pessoas. Durante a Guerra Civil espanhola, por exemplo, e como foi já referido, houve menos refugiados nesta aldeia do que em outras da zona precisamente devido à existência do posto. Já no contrabando, o posto da Guarda Fiscal nunca foi um grande impedimento à actividade, embora supostamente devesse funcionar como tal. Aumentava o risco da mesma, mas nunca a travou. O Sr. Manuel Amado (antigo comerciante da aldeia e um dos *reis do contrabando*, na boca do povo) chegou até a contar-nos como ia às vezes alguém entreter os guardas a jogar ao *fito* (jogo popular transmontano), para outros saírem com o contrabando. De qualquer modo, havia sempre apreensões quando alguém era apanhado. Já em relação aos guardas do lado espanhol, quase sempre nos foram apontados como sendo *muito maus, eles batiam, eles mataram ainda uns quantos...*

O contrabando foi, então, um importante eixo na construção identitária dos *raianos* e é também um importante aspecto dessa *cultura de fronteira* (Carlos Cunho, 1999), ou *identidade fronteiriça*. Uma estratégia de sobrevivência que ao mesmo tempo promovia um forte intercâmbio, não só de bens mas também cultural, como nos relata Paula Godinho, em “*O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana*”:

O comércio feito através da linha de fronteira permite fazer circular bens, e com eles aprofundar relações de confiança, entrelaçando de forma múltipla uma relação que não é só de tráfico de bens, mas que também se insere num tecido mais vasto de inter-relações. Devido ao seu secretismo, gera cumplicidades e aprofunda ligações, inserindo-se assim numa linguagem das relações sociais dos povos *raianos* (Godinho, 1997: 220).

IV

Falamos então em rede de laços sociais inter-fronteiriços, falamos de identidade fronteiriça, falamos de uma cultura de fronteira. Qual será então a pertinência da atribuição de tais etiquetas à vida destas gentes, sendo que mais não fazem do que trabalhar o espaço em que vivem (tal como qualquer outro conjunto de pessoas, independentemente da sua localização geográfica)? A pertinência estará exactamente no contexto peculiar em que se desenrolam estas vidas, o que lhes atribui características especiais que não têm sido objecto de muitos estudos que pretendam esclarecer essas mesmas características e as suas repercussões no desenrolar (a curto, médio e longo prazo) das vidas e vivências destes actores sociais. Há identidade e cultura raianas geradas pelos mais variados factores, e criadas pelo facto de se viver nas proximidades geográficas da linha de fronteira, essa linha imaginária que divide dois países, identidades, economias, sociedades. Pegando nas palavras de Marcelo Alvarez, trata-se de *una forma de compartir una identidad que emerge en ciertos contextos*, o ser raiano. A esta zona geograficamente próxima da fronteira, chamemos-lhe zona fronteiriça (ou *orla fronteiriça*, como propõem Donnan e Wilson [1998] [1999]), fazendo uso da distinção que Carlos Cunho propõe entre zona fronteiriça e linha de fronteira, no seu texto “Contrabando e Guerra Civil: memórias de uma terra de fronteira” (in *Globalización, Fronteras Culturales y Políticas y ciudadanía*, 1999): (...) *impõe-se desde logo como primeira distinção separar fronteira, mera linha divisória que separa duas individualidades políticas tendo por isso relevância essencialmente jurídica, de zona fronteiriça, que deve ser entendida como o espaço de articulação das populações raianas*. (Cunho, 1999: 90). Este espaço de articulação é formado pelas zonas sobre as quais a linha de fronteira exerce influencia, é o espaço geográfico dotado das já referidas características extra que a linha de fronteira acrescenta ao espaço natural, características essas que na vida diária e prática das populações raianas se trabalham e assumem como qualquer outra característica geográfica ou social a ser trabalhada. Isto dá azo ao aparecimento de estratégias (de

vivência, sobrevivência, defesa, desrotinização ou combate à mesma) exclusivas destes referidos espaços.

Nestas populações, nestes actores que têm como palco esse espaço de articulação que é a zona fronteiriça, a fronteira toma então o centro dos discurso: o que a fronteira deu e o que tirou, as relações que favoreceu e as que cortou, o que trouxe e o que levou... E é com estas memórias que esta e tantas outras comunidades se pensam, se identificam, se revelam.

Assim contam a sua vida, habituados a viver com o *outro lado*, com o *diferente que é tão igual*, já ali.



Imagem 5: A aldeia de Pinheiro Velho e alguns dos campos de cultivo e de pasto.

Referências

AA.VV.; (1991) *Lugares de Aqui: Actas do seminário Terrenos Portugueses* [org. e pref. de Joaquim Pais de Brito e Brian O’Neill]; D. Quixote; Lisboa

AA.VV.; (1996); *O Voo do Arado* (Joaquim Pais de Brito e outros(coord.)); Museu Nacional de Etnologia, Lisboa

AA.VV.; 1912-2003; Registo paroquial de baptismos, casamentos e óbitos da freguesia de Pinheiro Novo; Párcos vários.

ALMEIDA, Miguel Vale de; 2000; *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*; Oeiras; Celta Editora.

BARREIRO FERNANDEZ, Xosé Ramon; (1993); *Galicia História (vol. VIII): História Contemporânea Política*; Coruña;

BASTO , Artur de Magalhães (1923) *A fronteira hispano portuguesa: Ensaio de geografia política* ; Separata de ‘O Instituto’ ; vol, 70, Coimbra; Imprensa da Universidade.

BERNARDO, Hermínio Augusto; 1999; “Práticas de Contrabando no nordeste transmontano”; Conferência proferida durante as VIII Jornadas Luso-Galaicas de Ciências e desenvolvimento em Miranda do Douro.

BRITO, Joaquim Pais de(1996) *Retrato de aldeia com espelho: ensaio sobre Rio de Onor* ; D.Quixote ; Lisboa.

Brochura da Direção-Geral de Imprensa e Comunicação da Comissão Europeia.; 2002; Uma vida melhor: as vantagens do mercado único; Bruxelas; Serviços das Comunicações das Comunidades Europeias.

CABRAL, João de Pina Cabral; (1991) *Os contextos da Antropologia*; Difel, Lisboa,

CRUZ, Bento da (2003); *Guerrilheiros anti franquistas em Trás-os Montes* ; Barrosana EM , Montalegre;

DIAS, A. Jorge; 1984 [1953]; *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril*; Lisboa; Editorial Presença.

DONNAN, Hastings e **WILSON**, 2000 [1998]. Thomas M. (ed.); *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*; Cambridge University Press; Cambridge;

DONNAN, Hastings e **WILSON**, Thomas M.; *Frontiers of Identity, Nation and State*; Berg; Oxford; (1999).

FORREST, Andrew (2000) ; *The Spanish civil war – Questions and Analyses in History*; Routledge, London and New York

GODINHO, Paula; (1993) *O Grupo do 'Juan' e a Importância da Rede Social*; in Trabe de Ouro (separata); tomo IV; ano IV; Gotelo blanco; [sem referência ao local de edição];

GODINHO, Paula; 1995; “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana”; A Trabe de Ouro, Tomo II, Ano VI, Abril-Xuño; Santiago de Compostela; Sotelo Blanco; 209-222.

GODINHO, Paula; 2003; “Do Estado cego à Fronteira invisível: na senda de um problema”; Conferência proferida durante o V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais em Bragança.

GRANDIO SEOANE, Emidio “*A Raia que deixou de sê-lo: A fronteira Galego – Portuguesa en xullo de 1936*”; (sem referência ao local e data de edição)

LEAL , João (2000); *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*; D. Quixote , Lisboa;

NÚNEZ SEIXAS, Xosé M. (s.d.) “*Itinerários exilados : Sobre a especificidade do exílio galego de 1936* ” ; (sem referência ao local e data de edição)

O’NEILL, Brian Juan; (1984) *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana*; D.Quixote; Lisboa;.

PUJADAS MUÑOZ, Juan J., MARTÍN DÍAZ, Emma e BRITO, Joaquim Pais de (coords.); 1999; *Globalización, Fronteras culturales y políticas y Ciudadanía*. Actas del VIII Congreso de Antropología; Santiago de Compostela; FAAEE/AGA.

REIGOSA , Carlos G. (1993): “*Maquis na raia Galaico-Portuguesa*”; (Comunicação – cursos de Verão- estratégias de colaboração na raia durante a guerra e o pós-guerra:1936-1946,Chaves; Julho 93)

SANTOS, Boaventura de Sousa, org.; 1993; *Portugal- um retrato singular*; Lisboa; Edições Afrontamento.

WOLF, Eric; 1976 [1966]; *Sociedades Camponesas*; New Jersey; Prentice-Hall Inc..